



GOVERNO DE SANTA CATARINA
Secretaria de Estado da Saúde
Comissão Intergestores Bipartite

A Câmara Técnica não é deliberativa. Os itens aqui discutidos e pactuados serão avaliados na reunião da CIB e poderão ser alterados.

ATA CÂMARA TÉCNICA DE GESTÃO

Dia: 15 de março de 2017

Horário: 09 horas

Local: 8º andar da SES

PRESENTES À REUNIÃO

SES: Patrícia Paladini – GERSA Araranguá, Fábio Antônio de Souza – GECO, Jaqueline Reginato - ATPCD/SUR, Lourdes de Costa Remor – CIB, Karin C. G. Leopoldo – SUR, Fábio G. de Faria – SUVIS, Paulo Orsini – DEPS, Marcus Aurélio Guckert – GEPSA, Lizete Contin – GEABS, Helma Finta Uba - GEPRO, Maria Cecília R. Heckrath – GEABS.

COSEMS: Maria Regina de Souza Soar, Uiana Rautenberg Silva (Blumenau), Dinorá Lucia Bernardi - Chapecó/SMS, Leonardo Wiethan Rodrigues - São José/SMS, Fabricia Martins Silva - São José/SMS, Márcia Adriana C. - Botuverá/SMS, Diogo Demarchi – COSEMS, Roseclair de Barros - COSEMS/Blumenau, Uiana Rautenberg Silva - SEMUS/Blumenau, Rodrigo Andrioli - Joinville/SMS, Henrique Dedemanni - Joinville/SMS, Simone A. de Souza - Joinville/SMS, Gislene C. M. Araujo - Joinville/SMS, Juliana G. Muniz - 20ª GERSA, Carina D. Lobo - Criciúma/SES.

Coordenação da reunião: Karin Geller

ITENS DA PAUTA

1. Revisão das Diretrizes e Termos de Compromisso de Saúde Auditiva (Jaqueline);
2. Proposta da Revisão da Pactuação da Atenção Especializada Ambulatorial de Média Complexidade dos Municípios com a SES (DIPA/GECO); (Fabinho/Karin);
3. Revisão do Pacto de Gestão: despactuação x critérios (Fabinho e Diogo). Ver c Elma;
4. Deliberação da Campanha das cirurgias eletivas/2017 (Fabinho/Karin);
5. Oncologia: encaminhamento habilitação de três UNACONS (aguardar publicação de portaria);
6. Oncologia: Portaria 3444, recurso federal para diagnóstico (Cosems);

7. Recurso para os Protocolos das OPMEs;
8. PPI Regionalizada;
9. PPI Hospitalar;
10. Cumprimento da Deliberação da devolução de serviços ambulatoriais: devolução de gestão;
11. Pendências da Rede de Urgência e Emergência;
12. Demandas judiciais relacionadas à Saúde Mental e Fluxo de Saúde Mental.

1. DIRETRIZES DE SAÚDE AUDITIVA: FLUXOS E TERMOS

Jaqueline Reginatto, Coordenadora da Rede de Deficiências e Sabrina Vieira da Luz, fonoaudióloga da Coordenação da Rede de Deficiências apresentam o tema com as correções propostas. Jaqueline enfatiza que esse tema trata-se de uma revisão das diretrizes da saúde auditiva e do encaminhamento ambulatorial; a inclusão do encaminhamento hospitalar e transferências que não haviam descritas nas diretrizes e revisão do termo de Joinville, em função das mudanças de atendimentos e referências. A audiometria fica para discussões em abril de 2017.

Encaminhamentos: Levar para aprovação na CIB.

2. PACTUAÇÃO DA REVISÃO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA AMBULATORIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

Karin Geller relata brevemente o assunto e esclarece sobre a pactuação da média e alta complexidade, e que existem para ofertar, mas não estão programadas. Fábio de Souza, Gerente de Controle e Avaliação apresenta o estudo realizado sobre a descompactação da PPI ambulatorial da SES, de média e alta complexidade. Karin Geller, Diretora de Regulação, esclarece que, enquanto não estiverem formalizadas as descompactações, os municípios continuam atendendo as agendadas. Karin Geller esclarece ainda, que as referências devem atender os seus usuários e os referenciados. Os referenciados somente poderão ser encaminhados para outro serviço, quando a referência não conseguir resolver o problema, por apresentar equipamento quebrado ou caso similar. O total de recursos no Fundo da SES para a descompactação é de R\$ 1.547.697,30. Desse total, R\$ 570.507,16 fica na SES e R\$ 977.190,14, serão remanejados para os municípios de origem. O município de origem deverá pactuar com o prestador desejado.

Encaminhamentos: Levar para aprovação na CIB.

3. REVISÃO DO PACTO

Fábio de Souza, Gerente de Controle e Avaliação, refere a revisão do Pacto de Gestão, realizada e que as transferências dos serviços de média complexidade, sob a gestão estadual, serão transferidas para os municípios, de forma compulsória, a partir de 1º de junho de 2017.

Encaminhamentos: Levar para aprovação na CIB.

4. CAMPANHA DE CIRURGIAS ELETIVAS 2017

Fábio de Souza, Gerente de Controle e Avaliação, apresenta algumas mudanças na Campanha de Cirurgias Eletivas 2017 com relação ao ano de 2016. Maria Regina de Souza Soar refere que os municípios estão com dificuldades em acessar as AIHs e APACs na página da SES, mesmo com o termo de adesão assinado. Maria Regina solicita que a Campanha de 2017, passe a vigorar a partir de janeiro de 2017, considerando que muitos municípios não conseguiram acessar as AIHs e APACs distribuídas de janeiro a março de 2017. Fábio de Souza cita que o procedimento a ser realizado na Campanha deverá vir com o valor do procedimento. Se for realizado o procedimento de um grupo todo, o valor do procedimento deve ser calculado como o custo médio do grupo. Por exemplo, se for feito somente catarata, cobra-se o procedimento catarata. Se for feito somente cirurgia de joelho, o valor cobrado deve ser o procedimento da cirurgia de joelho e não custo médio dos procedimentos do grupo.

Encaminhamentos: Aprovar na CIB, que a Campanha de 2017 valerá a partir de janeiro de 2017, físico e financeiro.

5. ONCOLOGIA – HABILITAÇÃO DOS UNACONS

Diogo Demarchi, Assessor Técnico do Cosems informa que após a publicação da NOTA TÉCNICA pelo Ministério da Saúde, encaminhar para o MS, individualmente o UNACON que estiver apto a ser habilitado.

6. PORTARIA 3444/2016: RECURSOS PARA DIAGNÓSTICO EM ONCOLOGIA.

Diogo Demarchi, Assessor Técnico do Cosems, informa que há disponível pelo Ministério da Saúde o valor de R\$ 1.000.000,00 para realização de diagnóstico em oncologia. Diogo esclarece a utilização do recurso, com a padronização de alguns exames em oncologia. Fábio de Souza apresenta o rol dos exames elencados para pagamento com esse recurso. O teto ficará alocado nos exames. O recurso será distribuído somente para os prestadores que possuem os termos em oncologia. A proposta é incorporar esse recurso ao teto dos municípios.

Encaminhamentos: Levar para aprovação na CIB, o recurso dessa portaria, citando que o recurso será utilizado para cobrir déficit em exames de oncologia e não para um rol determinado.

7. PPI Regionalizada

Karin Geller informa que Fábio de Souza e Karin Geller estão estudando uma metodologia para implantação da PPI Regionalizada.

Encaminhamentos: Levar para a CIB em maio ou junho de 2017.

8. PPI Hospitalar

Fábio de Souza coloca a proposta de atualização da PPI Hospitalar como havia sido deliberado em 2016. Nessa atualização houve um impacto financeiro de R\$ 3.106.169,11. A atualização utilizou a média da produção de 2016, exceto a Deliberação 431/2016 que já está alocada.

Encaminhamentos: Levar para aprovação na CIB.

9. Pendências da Rede de Urgência

Karin Geller esclarece que a SES está rediscutindo e revisando. Alguns encaminhamentos de habilitações foram enviados diretamente ao Ministério da Saúde. As habilitações devem passar previamente pela Gerência de Contratualização da SES, antes de ser encaminhada ao MS.

10. Saúde Mental: demandas judiciais e fluxos

Lisete Contin, Gerente da Atenção Básica apresenta a proposta. Não houve consenso em alguns fluxos e, portanto, voltará para a próxima Câmara Técnica de Gestão.

PRÓXIMAS PAUTAS:

13. Plano da Cirurgia Bariátrica (Helen);
14. Indicadores do SISPACTO (Gepssa);
15. Fluxo das Habilitações (Gepssa);
16. Planejamento Regional (Gepssa);
17. Devolução da Gestão do Hospital de Criciúma.
18. Plano da Cirurgia Bariátrica (Helen)
19. Fluxo de saúde mental.
20. Resgatar a Comissão da Política Hospitalar e do SAMU.

LOURDES DE COSTA REMOR
Secretária da Comissão Intergestores Bipartite